

TJ paulista aponta falhas no substitutivo

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Marcos Nogueira Garcez, enviou ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um manifesto "de profunda apreensão" dos juizes paulistas com relação ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, que, no seu entender, contém dispositivos que comprometem a independência do judiciário.

Observa Garcez que "a seção X do capítulo IV contempla os denominados Conselhos Nacional e Estaduais de Justiça, incumbidos do controle externo do Judiciário. A concepção de organismo interferente em tais funções repugna à consciência jurídica brasileira, por abrigar possibilidade de subordinação da independência do juiz a ditames outros que não os da lei. Essa demasia sequer foi objeto de cogitação pelos defensores do arbitrio".

"Em outro preceito, o artigo 136 do substitutivo — acrescenta —, acolhe-se a intervenção externa para incluir nos tribunais integrantes do quinto constitucional que ao próprio Judiciário compete selecionar, bastando a limitação já prevista no texto do projeto."

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, "aspira a comunhão dos brasileiros a uma justiça efetiva e eficaz, apenas compatível com o poder estatal dotado de condições de independência que assegurem a sua absoluta imparcialidade. Não é esse o contorno delineado no referido substitutivo, ao abrigar interferências comprometedoras da higidez de uma das expressões da soberania nacional".

Finalmente, Marcos Nogueira Garcez alerta para o fato de que, permitindo que órgãos e entidades interfiram direta ou indiretamente na estrutura do funcionamento da Justiça, restará um Poder Judiciário vulnerado em sua independência, com previsíveis reflexos no aprimoramento da vida democrática brasileira".



Conciliar estilos, tarefa difícil

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O acadêmico Celso Cunha prevê que terá muito trabalho para fazer a revisão gramatical do extenso e detalhado texto da Constituição elaborado pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. "O texto feito pelos políticos terá estilos muito variados e pouca clareza", declarou o gramático, ontem, no Rio, após palestra num congresso internacional de letras.

Celso Cunha e Antônio Houaiss, convidados pelo senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, não sabem quando terão o texto em mãos para iniciar o trabalho, nem quanto tempo levarão para terminá-lo: "Isto depende do tamanho do texto de Bernardo Cabral", disse Cel-

so Cunha. Ele adiantou que gastará o tempo necessário para dar clareza aos artigos da nova Constituição. "Os políticos não partiram de um molde anterior de Constituição, nem se basearam na forma do texto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, ou simplesmente Comissão Afonso Arinos, como ficou conhecido, da qual também participei como revisor final", explicou Celso Cunha.

Celso Cunha lembrou que será difícil conseguir a harmonização e espera que o próprio Bernardo Cabral entregue à revisão final um texto que tenha o seu estilo de escrita e não uma variedade que poderá atrasar os trabalhos de revisão. O objetivo principal é a clareza e a propriedade textual, sem, no entanto, entrar em preciosismo linguístico exagerado", destacou o gramático.